

CONHECIMENTOS BÁSICOS LÍNGUA PORTUGUESA

O corpo nu

O corpo nu incomoda também por se mostrar exposto, vulnerável. Nos tempos atuais, quem consegue suportar tanta vulnerabilidade?

por Aline Valek — publicado 26/04/2016 08h54

- 01 Há algo na nudez que incomoda. Um corpo nu é um corpo vulnerável, exposto ao frio e à chuva e ao calor
02 e ao vento e – o mais assustador – aos olhares dos outros.
03 Sem as roupas, que são proteção, mas sobretudo linguagem (ainda que inconscientemente, a gente se
04 comunica através dos pedaços de pano que nos revestem), o corpo nu esfrega em nossas caras o fato de que
05 somos carne e pelos, não muito diferente de outros animais.
06 É como tirar de uma mensagem os floreios, o estilo, as correções e deixar só a verdade. E como é
07 constrangedor lidar com a verdade.
08 Em nosso mundo, aprendemos a lidar com isso *escondendo e explorando*.
09 Usar roupas que disfarçam ou prendem ou qualquer coisa que o faça parecer menos corpo, que corrijam o
10 que disseram que está errado, que sejam adequadas para o que disseram que alguém com nosso corpo precise
11 usar.
12 [...]
13 O corpo nu é terrível. É a fragilidade de um recém-nascido, exposto para um mundo cheio de perigos
14 dispendo de nada mais do que sua pele. É a incômoda afirmação de que somos diferentes e, ao mesmo tempo,
15 tão iguais. É o frio, é a sensação de que falta algo, é o lembrete de que somos mais do que um corpo.
16 Claro que isso seria ofensivo, perturbador, inconveniente.
17 A nudez não perdoa, ainda que ela seja despedaçada, domada e vestida. Porque mesmo se tudo o que
18 estiver exposto for uma pequena fração de corpo, a nudez estará lá, nos assombrando com sua presença,
19 constrangendo olhares com aquela incômoda incerteza: a que parte do corpo pertence essa dobra? Esta pele
20 pertence a um corpo nu ou vestido?
21 É assustador o corpo nu porque ele está por toda a parte. O mais apavorante é que ele está aqui. Morando
22 debaixo de nossas próprias roupas.

<http://www.cartacapital.com.br/cultura/o-corpo-nu> (acesso em 1º/05/16).

01. Com relação ao conteúdo do texto acima, é **CORRETO** afirmar que:

- (A) a nudez implica a consciência da vulnerabilidade e liberdade.
(B) as roupas desnudam a inutilidade da aceitação em um grupo social.
(C) inexistente a antítese entre ser igual e ser diferente imposta pela nudez.
(D) o corpo nu expõe o fato de as pessoas diferirem pouco dos outros animais.

02. A partir da análise do último parágrafo (linhas 21 e 22), devendo-se computar os termos repetidos, qual afirmação é **VERDADEIRA**?

- (A) Contam-se mais substantivos do que verbos.
(B) Há apenas uma locução adverbial nesse trecho.
(C) O número de artigos excede o número de adjetivos.
(D) A classe gramatical preponderante é a dos pronomes.

03. Assinale a alternativa em que se tem um período composto em cuja oração principal o sujeito é inexistente.

- (A) “**é a sensação de que falta algo**” (linha 15).
(B) “**Há algo na nudez que incomoda**” (linha 01).
(C) “**O mais apavorante é que ele está aqui**” (linha 21).
(D) “**É assustador o corpo nu porque ele está por toda a parte**” (linha 21).

04. Neste fragmento “**exposto ao frio e à chuva**” (linha 1), o emprego do sinal indicativo de crase deve-se ao fato de que:

- (A) o adjetivo exposto rege a preposição *a* e o artigo definido *a* precede o substantivo.
(B) o verbo *expor* apresenta a regência transitiva indireta, regendo dois complementos.

- (C) o acento grave foi empregado com o intuito de evitar a ambiguidade entre os substantivos.
(D) o substantivo *frio* está coordenado com o substantivo *chuva* por meio da conjunção aditiva.

05. Com base na regência verbal, deve-se observar o seguinte excerto: “**É como tirar de uma mensagem os floreios, o estilo, as correções e deixar só a verdade. E como é constrangedor lidar com a verdade**” (linhas 06 e 07). Os verbos sublinhados são **RESPECTIVAMENTE**:

- (A) de ligação, transitivo indireto, transitivo indireto, de ligação e transitivo indireto.
(B) de ligação, bitransitivo, transitivo indireto, de ligação e transitivo indireto.
(C) de ligação, transitivo indireto, transitivo direto, de ligação e intransitivo.
(D) de ligação, bitransitivo, transitivo direto, de ligação e transitivo indireto.

06. Em “**A nudez não perdoa, ainda que ela seja despedaçada, domada e vestida**” (linha 17), é explícita a antítese entre as palavras:

- (A) despedaçada e domada.
(B) vestida e domada.
(C) nudez e vestida.
(D) nudez e domada.

RACIOCÍNIO LÓGICO

07. Quatro pessoas estão conversando. Sabe-se que exatamente uma delas fala a verdade e as demais mentem. A conversa é descrita abaixo.

- Ana diz: "Todos aqui falam a verdade".
- Maria diz: "Ana fala a verdade".
- João diz: "Maria mente".
- José diz: "João mente".

Quem falou a verdade?

- (A) Ana.
- (B) Maria.
- (C) João.
- (D) José.

08. Considere a seguinte proposição: "Se o prefeito conseguir verbas, então será construída a escola e o viaduto". Assinale o item que é logicamente equivalente à **NEGAÇÃO** de tal proposição.

- (A) O prefeito conseguiu verbas, então não será construída a escola e não será construído o viaduto.
- (B) O prefeito conseguiu verbas, então não será construída a escola ou não será construído o viaduto.
- (C) O prefeito não conseguiu verbas, então será construída a escola e será construído o viaduto.
- (D) O prefeito não conseguiu verbas, então não será construída a escola ou não será construído o viaduto.

09. Uma conjectura é uma ideia, fórmula ou frase, baseada em suposições ou ideias com fundamento não necessariamente verificado. Por outro lado, um teorema é uma afirmação que pode ser provada como verdadeira, por meio de outras afirmações já demonstradas, como outros teoremas, juntamente com afirmações anteriormente aceitas como verdades, como axiomas. Em 1637 o matemático francês Pierre de Fermat conjecturou que para todo inteiro n maior ou igual a 3 a equação $x^n + y^n = z^n$ não possui soluções, onde x , y , e z são números inteiros. Fermat relatou, nas margens de um de seus livros, que ele saberia provar tal conjectura, mas essa prova nunca foi publicada por ele. Em 1994, ou seja, apenas 357 anos depois da formulação original do problema proposto por Fermat, o matemático britânico Andrew Wiles conseguiu solucioná-lo: ele demonstrou que a equação acima realmente não possui soluções inteiras quando n é maior ou igual a 3. A busca pela demonstração desse teorema foi tamanha que propiciou a criação de uma nova área da matemática chamada de Teoria algébrica dos números. Por esse feito, dentre outros, em 2016, Andrew Wiles foi agraciado com prêmio Abel, uma das maiores honrarias na carreira de um matemático. O prêmio acompanha um valor monetário de 6 milhões de coroas norueguesas, o que equivale hoje a mais de 2,6 milhões de reais.

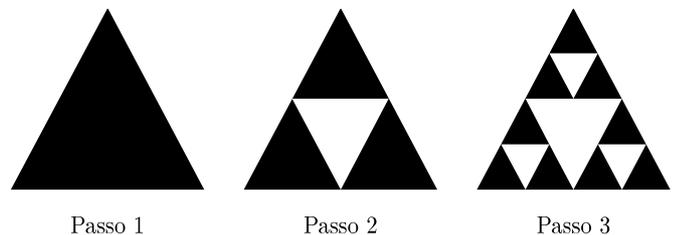
Com base no texto acima, podemos inferir corretamente que:

- (A) toda equação algébrica possui uma solução inteira.
- (B) não há como determinar se Pierre de Fermat já havia provado sua conjectura.
- (C) a equação $x^2 + y^2 = z^2$ não possui soluções inteiras.
- (D) existem números inteiros x , y e z tais que $x^3 + y^3 = z^3$.

10. Sejam P, Q e R proposições lógicas. Sabendo que P é falsa, $P \vee Q$ é falsa e $P \vee Q \vee R$ é verdadeira, qual o valor lógico de Q e de R respectivamente?

- (A) V e V.
- (B) V e F.
- (C) F e V.
- (D) F e F.

11. A figura seguinte mostra os três primeiros passos na construção do chamado triângulo de Sierpinski. No Passo 1, começamos com um triângulo (usualmente equilátero) cujo interior é todo colorido de preto. Nos demais passos, iterativamente, dividimos cada um dos triângulos pretos do passo anterior em quatro triângulos menores e pintamos de branco aquele que está ao centro dos quatro (conforme ilustra a figura a seguir). Veja que no Passo 1 temos um triângulo, no Passo 2 temos quatro triângulos e no Passo 3 temos nove triângulos pretos e quatro triângulos brancos, formando um total de 13 triângulos. Qual o total de triângulos (brancos + pretos) no Passo 6?



- (A) 81.
- (B) 121.
- (C) 243.
- (D) 364.

12. A tabela abaixo, resume alguns dados informados por 5 (cinco) contribuintes, que chamaremos apenas de C1, C2, C3, C4 e C5, em suas respectivas declarações de ajuste anual do imposto de renda.

Contribuinte	C1	C2	C3	C4	C5
É casado?	Sim	Não	Sim	Não	Sim
Possui imóvel próprio?	Não	Sim	Sim	Não	Não
Ganha acima de 45mil reais por ano?	Sim	Sim	Sim	Não	Não

Contudo, após uma investigação minuciosa, descobriu-se que exatamente dois dos contribuintes informaram pelo menos um dado falso sobre si mesmos (ao responder às três perguntas acima). Descobriu-se também que, na realidade, exatamente 4 (quatro) dos contribuintes são casados, exatamente 4 (quatro) possuem um imóvel próprio e exatamente 2 (dois) ganham acima de 45mil reais por ano. De acordo com essa informação, quais desses contribuintes informaram algum dado falso?

- (A) C1 e C4.
- (B) C1 e C5.
- (C) C2 e C4.
- (D) C2 e C3.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

13. Assinale a alternativa que indica uma característica de serviços de armazenamento de dados na nuvem, como o Dropbox ou Google Drive.

- (A) Restringir o compartilhamento, não sendo possível compartilhar pastas e arquivos com outros usuários.
- (B) Manter seus arquivos em um servidor na rede local, impedindo o acesso não autorizado a partir de redes externas.
- (C) Acessar os arquivos armazenados em qualquer lugar, desde que uma conexão à internet e um navegador WEB estejam disponíveis.
- (D) Enviar dispositivos de segurança, conhecidos como *tokens*, para que o acesso aos arquivos armazenados seja liberado.

14. Em um editor de textos, como o Microsoft Word ou BrOffice Writer, uma ferramenta que facilita a formatação de textos é a utilização de Estilos. Assinale a opção correta sobre a utilização de Estilos.

- (A) É possível aplicar facilmente opções de formatação pré-determinadas, como tipo, cor e tamanho de fonte, alinhamento e espaçamento.
- (B) Um Estilo escolhe para o usuário, de forma aleatória, uma fonte e a aplica ao texto selecionando, permitindo que o usuário descubra fontes interessantes dentre as instaladas no computador.
- (C) Através do uso de Estilos é possível inserir objetos externos, como imagens, planilhas e arquivos.
- (D) Os Estilos são úteis apenas em documentos contendo imagens, pois ajustam automaticamente o texto ao redor de imagens inseridas no documento.

15. Tem sido muito comum a utilização de mecanismos de busca para encontrar *sites* de empresas do qual não temos o endereço. Porém, para acessar um *site* cujo endereço *web* já é conhecido, a forma mais rápida (com relação à quantidade de informações recebidas até que se visualize o *site*) é:

- (A) digitar diretamente o endereço na barra de endereços do navegador e pressionar *enter*.
- (B) acessar um *site* de buscas e pesquisar o endereço.
- (C) copiar o endereço em um editor de textos, como o bloco de notas, para que este o redirecione ao *site*.
- (D) enviar o *link* do *site* por *e-mail*.

16. Em um editor de planilhas, como o Microsoft Excel ou BrOffice Calc, ao copiar a célula A2, que contém a fórmula “=A1^2” (sem aspas), e colar na célula B2 inicialmente vazia, assinale a alternativa que apresenta o conteúdo da célula B2 após a operação.

- (A) =A1^2
- (B) =B1^2
- (C) =A1*B1
- (D) =A2^2

17. No programa de apresentações BrOffice Impress, executando em um computador com sistema operacional Windows, durante a execução de uma apresentação, após a exibição do primeiro *slide*, se o usuário desejar voltar ao *slide* anterior, isso pode ser feito de mais de uma maneira diferente.

Neste contexto, analise as seguintes afirmações:

- I. Sair da apresentação com a tecla ESC, clicar no *slide* anterior e pressionar Shift + F5.
- II. Utilizando o botão “Seta esquerda” (←) no teclado.
- III. Digitar Ctrl + Alt + Del para chamar o gerenciador de tarefas e executar a tarefa “Voltar Slide”.
- IV. Clicar com o botão direito do *mouse* sobre a apresentação e selecionar “Anterior”.
- V. Pressionar a barra de espaços no teclado até que o *slide* anterior seja exibido.

Assinale a alternativa que contém somente fórmulas válidas para executar essa ação.

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e IV.
- (D) I, II e V.

18. Uma funcionalidade do sistema operacional Microsoft Windows é a Reprodução Automática (*autorun*) para dispositivos removíveis. Essa opção, enquanto ajuda a guiar o usuário pelos passos necessários para instalar um *software* inserido via CD ou DVD, por exemplo, é frequentemente utilizada para executar automaticamente vírus e *malwares*, sem o consentimento do usuário, que infectam a máquina e passam a instalar-se automaticamente em qualquer outro dispositivo removível inserido na máquina. Mesmo com a opção de reprodução automática desabilitada, ainda é possível pegar um vírus de *pen drive* se o usuário:

- (A) aproximar o *pen drive* infectado ao leitor de RDIF do computador, mesmo sem inserir na porta USB.
- (B) remover o *pen drive* abruptamente, não utilizando a opção de remover com segurança.
- (C) formatar o *pen drive* utilizando a formatação rápida, em vez da formatação completa.
- (D) clicar duas vezes em um arquivo executável em um *pen drive* infectado.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

19. A estrutura da Administração Pública brasileira, tanto no plano federal quanto nos estados e municípios, é formada por órgãos da Administração direta e indireta, cada uma representando características próprias. Com relação à composição da Administração indireta, assinale a alternativa correta.

- (A) Autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedade de economia mista.
- (B) Empresas públicas, Autarquias, fundações públicas e Ministérios.
- (C) Fundações públicas, fundações privadas, Autarquias e sociedades de economia mista.
- (D) Secretarias de Estado, Secretarias municipais, empresas públicas e Ministérios.

20. Com a Constituição de 1988, a Administração Pública recebeu tratamento em capítulo próprio, estabelecendo-se alguns princípios constitucionais de observância obrigatória. É correto afirmar que o princípio da:

- (A) razoabilidade encontra-se expresso na Constituição Federal.
- (B) impessoalidade faz com que o administrador seja um executor do ato, que serve de veículo de manifestação da vontade individual. Portanto, as realizações administrativo-governamentais não são do agente político, e sim da pessoa física.
- (C) publicidade está contido no Decreto-Lei nº 200/1967 e consagra o dever administrativo de manter a transparência em atos administrativos.
- (D) eficiência requer direcionamento da atividade e dos serviços públicos à efetividade do bem comum, cujas características de imparcialidade, neutralidade, transparência e eficácia encontram-se ligadas ao conceito formal de eficiência.

21. Sobre o conceito de Arquivo, assinale a opção que melhor se adéqua a sua finalidade.

- (A) Conjunto de documentos produzidos exclusivamente por pessoa jurídica, pública ou privada, no exercício de suas atividades.
- (B) Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos.
- (C) Conjunto de documentos produzidos e/ou recebidos por pessoas físicas ou jurídicas, em decorrência de sua importância, destinado à guarda, à preservação e à utilização da informação.
- (D) Conjunto de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência de sua importância, bem como por pessoa física, observada a qualidade da informação ou a natureza dos documentos.

22. Instrumento resultante da etapa de avaliação dos documentos, aprovado por autoridade competente que determina prazos e conduções de guarda, bem como sua destinação final, recolhimento, descarte ou eliminação, refere-se:

- (A) à Tabela de temporalidade.
- (B) à Lista de eliminação.
- (C) ao Plano de destinação de documentos.
- (D) ao Catálogo seletivo.

23. Em face da Lei de Responsabilidade Fiscal, associe a segunda coluna de acordo com a primeira e assinale a alternativa que contém a sequência correta.

- | | | |
|--------------------------------|-------|---|
| (1) Dívida pública mobiliária | (___) | Emissão de títulos para pagamento do principal acrescido da atualização monetária. |
| (2) Dívida pública consolidada | (___) | Dívida pública representada por títulos emitidos pela União, inclusive os do Banco Central do Brasil, Estados e Municípios. |

- | | | |
|--|-------|--|
| (3) Refinanciamento da dívida mobiliária | (___) | Montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. |
| (4) Concessão de garantia | (___) | Compromisso de adimplência de obrigação financeira ou contratual assumida por ente da Federação ou entidade a ele vinculada. |

- (A) 1, 2, 3, 4.
 (B) 3, 2, 1, 4.
 (C) 3, 1, 2, 4.
 (D) 4, 1, 2, 3.

24. Além de obedecer às demais normas de Contabilidade Pública, a Escrituração das contas públicas observará que:

- (A) os Estados encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União até o dia trinta de junho.
- (B) os Municípios, com cópia para o Poder Legislativo, encaminharão suas contas ao Poder Executivo da União no prazo até o dia trinta de abril.
- (C) apenas as receitas previdenciárias serão apresentadas em demonstrativos financeiros e orçamentários específicos.
- (D) o Poder Executivo da União promoverá, até o dia trinta de julho, a consolidação, nacional e por esfera de governo, das contas dos entes da Federação relativas ao exercício anterior e a sua divulgação, inclusive por meio eletrônico de acesso público.

25. João é estagiário da Prefeitura de Fortaleza e foi flagrado pelo seu chefe acessando sítios impróprios em um dos computadores do órgão. Nessa situação, a atitude do estagiário:

- (A) não foi contra a ética no serviço público, porque João não é servidor público.
- (B) foi indiferente em relação à ética do servidor público, porque João estava no intervalo do almoço.
- (C) foi contra a ética no serviço público, mesmo que João seja apenas estagiário.
- (D) não foi contra a ética, pois muitos estagiários acessam sítios impróprios em computadores do órgão em questão.

26. Fundamenta-se nos princípios de eficiência da Administração, redução de custos e aumento da qualidade com foco no atendimento das necessidades dos cidadãos e não com o aparato do Estado. São características do seguinte paradigma de gestão pública:

- (A) Patrimonialista.
 (B) Gerencialista.
 (C) Novo gerencialismo.
 (D) Burocrático.

DIREITO CONSTITUCIONAL

27. Assinale a opção correta no que concerne aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil consagrados pela Constituição Federal de 1988.

- (A) Construir uma sociedade livre, justa, inclusiva e pluralista.
- (B) Erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais.
- (C) Garantir o desenvolvimento nacional, estadual e municipal, através da consagração dos valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.
- (D) Garantir a soberania, a cidadania e a dignidade da pessoa humana.

28. Em relação às competências constitucionais dos municípios, assinale a opção correta.

- (A) Cabe aos municípios explorar diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.
- (B) Não cabe aos municípios suplementar a legislação federal e a estadual no que couber.
- (C) Manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de Educação Infantil e de Ensino Fundamental.
- (D) Compete aos municípios criar, organizar e suprimir distritos, desde que observada a legislação federal sobre a matéria.

29. A respeito das leis orçamentárias, assinale a opção correta.

- (A) A CF/88 possibilita de forma ampla que a Lei Orçamentária Anual contenha dispositivos estranhos à previsão das receitas e à fixação das despesas.
- (B) A Lei Orçamentária Anual conterá: (1) o orçamento fiscal referente aos Poderes da União, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público; (2) o orçamento de investimento das empresas em que a União, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto; (3) o orçamento da seguridade social, abrangendo todas as entidades e órgãos a ela vinculados, da administração direta ou indireta, bem como os fundos e fundações instituídos e mantidos pelo Poder Público.
- (C) A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para as relativas aos programas de duração continuada.
- (D) O Plano Plurianual compreenderá as metas e prioridades da administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orientará a elaboração da lei orçamentária anual, disporá sobre as alterações na legislação tributária e estabelecerá a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento.

30. Trata-se de princípio geral expresso da ordem econômica, disposto no Art. 170 da Constituição Federal:

- (A) a função social da propriedade.
- (B) a função social da posse.
- (C) a função social dos contratos.
- (D) a função social das empresas.

31. Não tem legitimidade para propositura da Ação Direta de Inconstitucionalidade e da Ação Declaratória de Constitucionalidade:

- (A) confederação sindical ou entidade de classe de âmbito nacional.
- (B) a Mesa de Assembleia Legislativa ou da Câmara Legislativa do Distrito Federal.
- (C) a Mesa do Senado Federal.
- (D) Defensor Público-Geral da União.

32. No tocante ao efeito vinculante nas decisões de mérito proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, em sede de ação direta de inconstitucionalidade, é correto afirmar que:

- (A) não existe impeditivo constitucional para que o Poder Legislativo edite nova lei com idêntico conteúdo normativo ao do texto objeto da ação direta de inconstitucionalidade.
- (B) o Supremo Tribunal Federal está vinculado às suas próprias decisões em sede de ação direta de inconstitucionalidade.
- (C) o Poder Legislativo não pode elaborar lei de conteúdo idêntico ao do texto objeto da ação direta de inconstitucionalidade.
- (D) o efeito *erga omnes* e vinculante das decisões definitivas de mérito, proferidas pelo Supremo Tribunal Federal, nas ações diretas de inconstitucionalidade não alcança o Poder Executivo.

33. Em relação aos direitos e garantias fundamentais, a interceptação das comunicações telefônicas poderá ser determinada pelo juiz a requerimento:

- (A) do Ministério Público, em sede de inquérito civil.
- (B) do ministro da Fazenda, quando da investigação de crimes contra a ordem tributária.
- (C) da autoridade policial, durante a investigação criminal.
- (D) do Ministério Público, somente após o recebimento da denúncia no processo penal.

DIREITO ADMINISTRATIVO

34. No sistema federativo, os componentes da federação materializam o próprio Estado, dentro dos limites constitucionais existentes. Nesse sentido, marque a assertiva correta que se refere à organização administrativa brasileira.

- (A) As fundações criadas pelo Estado têm personalidade de direito público ou de direito privado. No entanto, independentemente de sua natureza jurídica são autorizadas por lei para sua instituição e necessitam de lei ordinária para definir sua área de atuação.
- (B) As associações são de direito público e se estabelecem de forma derivada, com a formação de consórcios públicos para implementar um sistema de gestão associada para a consecução de objetivos de interesse comum dos entes pactuantes.
- (C) As empresas públicas e as sociedades de economia mista têm personalidade de direito privado, com autonomia administrativa, financeira e orçamentária, adequada às entidades empresariais, via de regra, com capital próprio, com sujeição à vinculação estatal, exceto suas subsidiárias, pois a gestão de suas atividades é atribuída à própria empresa pública ou à sociedade de economia mista.
- (D) As agências reguladoras são atribuições legais dadas às autarquias e fundações, por menção honrosa em lei e exercem precipuamente o controle dos serviços e a prestá-lo com desenvoltura e efetividade.

35. Marque o item correto.

- (A) O Poder Disciplinar Administrativo é caracterizado pelo escalonamento na estrutura vertical dos órgãos e agentes da administração pública com o objetivo de organizar a função administrativa.
- (B) O Poder de Polícia consiste na intervenção no exercício das atividades individuais suscetíveis de gerar perigo aos interesses gerais, exceto se essa atividade é garantida pela liberdade, segundo a Constituição de 1988.
- (C) Polícia Administrativa e Polícia Judiciária consistem em formas de manifestação da função administrativa e com caráter eminentemente preventivo.
- (D) A disciplina funcional resulta do sistema hierárquico, com efeito, os agentes superiores fiscalizam as atividades dos de nível inferior, e, se ensejar uma infração funcional, esta deve ser apurada com a garantia do contraditório e da ampla defesa abstraída do "*due process of law*".

36. Acerca do princípio constitucional da publicidade na Administração Pública, marque a opção correta.

- (A) A publicidade é caracterizada pela obrigatoriedade de publicar todas as informações, não podendo a lei prever restrições a esse princípio.
- (B) A publicidade é aplicável somente no Poder Executivo e no Poder Legislativo, pois no Poder Judiciário possibilita o segredo de justiça.
- (C) Ao princípio da publicidade é dado completude com a Lei de Acesso à Informação, a qual regula o direito à informação e o direito de acesso aos registros e às informações nos órgãos e nas entidades públicas.
- (D) A publicidade é consolidação do regime democrático, de forma a ensejar a obrigatoriedade de que todos os atos sejam publicados no Diário Oficial e em jornal de grande circulação, sob pena de nulidade do ato praticado.

37. Acerca das disposições constitucionais sobre a Administração Pública, marque a opção **INCORRETA**.

- (A) A lei reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de sua admissão.
- (B) É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, em qualquer hipótese, salvo as previsões legais que possam existir no âmbito de cada Administração Pública.
- (C) O prazo de validade do concurso público será de até 02 (dois) anos, prorrogável uma vez, por igual período.
- (D) A remuneração e o subsídio dos ocupantes de cargos, funções e empregos públicos da administração direta, autárquica e fundacional, dos membros de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos detentores de mandato eletivo e dos demais agentes políticos e os proventos, pensões ou outra espécie remuneratória, percebidos cumulativamente ou não, incluídas as vantagens pessoais ou de qualquer outra natureza, não poderão exceder o subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, aplicando-se como limite, nos Municípios, o subsídio do Prefeito, e nos Estados e no Distrito Federal, o subsídio mensal do Governador no âmbito do Poder Executivo, o subsídio dos Deputados Estaduais e Distritais no âmbito do Poder Legislativo e o subsídio dos Desembargadores do Tribunal de Justiça, limitado a noventa inteiros e vinte e cinco centésimos por cento do subsídio mensal, em espécie, dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, no âmbito do Poder Judiciário, aplicável esse limite aos membros do Ministério Público, aos Procuradores e aos Defensores Públicos.

38. Segundo o Estatuto dos Funcionários do Município de Fortaleza - Lei nº 6.794, de 27 de dezembro de 1990, marque o item **INCORRETO**.

- (A) Ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 02 (dois) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo serão avaliadas trimestralmente, por critérios próprios, fixados em regulamento, observados especialmente os seguintes requisitos: idoneidade moral; assiduidade; pontualidade; disciplina; e eficiência.
- (B) O Prefeito, o Presidente da Câmara e o Dirigente Superior de Autarquia e Fundação poderão delegar a seus auxiliares as atribuições que lhe são cometidas pela Lei nº 6.794/90, exceto as que impliquem em punição de servidor.
- (C) O exercício de cargo comissionado exigirá de seu ocupante integral dedicação ao serviço, podendo ser convocado sempre que houver interesse da Administração.
- (D) A remoção é o deslocamento do servidor de um para outro órgão de unidade administrativa e processar-se-á "*ex-officio*" ou a pedido do servidor, respeitada a lotação de cada Secretaria ou entidade.

39. A Constituição Federal estabelece a responsabilidade objetiva e pode ser observada no Art. 37, § 6º. Dentro dessa responsabilidade, podemos afirmar que:

- (A) a responsabilidade do servidor é objetiva.
- (B) a responsabilidade objetiva exclui o pressuposto elementar da comprovação do dano.
- (C) a responsabilidade objetiva é aplicada somente para atos advindos do Poder Executivo, de forma que os atos do Legislativo ou do Judiciário não se sujeitam à responsabilidade objetiva.
- (D) no preceito constitucional há dois tipos de responsabilidade civil: a do Estado, sujeito à responsabilidade objetiva; e a do agente estatal, sob o qual incide a responsabilidade subjetiva ou com culpa.

40. Acerca da Estrutura Organizacional do Município de Fortaleza, nos termos da Lei Complementar nº 176/2014, assinale o item **INCORRETO**.

- (A) Fundação da Criança e da Família Cidadã vincula-se à Secretaria Municipal do Trabalho, Desenvolvimento Social e Combate à fome.
- (B) O Instituto Dr. José Frota, autarquia municipal, vincula-se à Secretaria Municipal de Saúde.
- (C) O Instituto de Planejamento de Fortaleza vincula-se à Secretaria Municipal do Planejamento, Orçamento e Gestão, tal qual o Instituto de Previdência do Município (IPM).
- (D) A ACFOR, Autarquia de Regulação, Fiscalização e Controle de Serviços Públicos de Saneamento Ambiental, vincula-se à Procuradoria Geral do Município de Fortaleza.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS PLANEJAMENTO URBANO ARQUITETURA E URBANISMO

41. A inclusão de artigos referentes à política urbana na Constituição Brasileira, em 1988, representou avanços no sentido de contribuir com a redução das desigualdades e o melhor ordenamento das cidades. De acordo com o parágrafo 182 da Constituição Federal de 1988, a política de desenvolvimento urbano tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes. Assinale a alternativa correta.

- (A) A política de desenvolvimento urbano deve ser executada pelo poder público executivo federal.
- (B) A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências expressas no plano diretor.
- (C) O poder público municipal é obrigado a exigir, nos termos da lei federal, do proprietário do solo urbano não edificado, subutilizado ou não utilizado, que promova seu adequado aproveitamento através de lei específica para área incluída no plano diretor.
- (D) As desapropriações de imóveis urbanos poderão ser realizadas mediante justa indenização em dinheiro, podendo a mesma ocorrer num prazo de até 5 anos.

42. O Capítulo III da Lei Federal nº 10.257/2001, o Estatuto da Cidade, trata do Plano Diretor como instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, elencando suas características e seus conteúdos. Aponte a alternativa correta.

- (A) O Plano Diretor deverá englobar exclusivamente o território inserido no perímetro urbano do município.

- (B) A lei municipal que instituir o plano diretor deverá ser revista, pelo menos, a cada 5 anos.
- (C) O plano diretor é obrigatório para as seguintes situações: cidades com população acima de 20 mil habitantes; municípios que integrem as regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas; municípios inseridos em áreas de especial interesse turístico e para aqueles municípios situados em áreas de influência de empreendimentos ou atividades com significativo impacto ambiental.
- (D) Por ocasião do processo de elaboração dos planos diretores, é de competência dos poderes legislativo e judiciário garantir a promoção de audiências públicas e debates com a participação da sociedade civil, a publicidade quanto aos documentos e às informações produzidas, bem como o acesso aos mesmos.

43. A Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, sofreu algumas alterações nos seus conteúdos através da Lei Federal nº 9.785, de 29 de janeiro de 1999. Leia as assertivas e marque a alternativa correta.

- I. A infraestrutura básica dos parcelamentos situados nas zonas habitacionais declaradas por lei como de interesse social (ZHIS) consistirá, no mínimo, de: vias de circulação; escoamento das águas pluviais; rede para o abastecimento de água potável; e soluções para o esgotamento sanitário e para a energia elétrica domiciliar.
 - II. Não será permitido o parcelamento do solo para fins urbanos: em terrenos alagadiços e sujeitos a inundações, antes de tomadas as providências para assegurar o escoamento das águas; em terrenos que tenham sido aterrados com material nocivo à saúde pública, sem que sejam previamente saneados; em terrenos com declividade igual ou superior a 50%, salvo se atendidas exigências específicas das autoridades competentes; em terrenos onde as condições geológicas não aconselham a edificação; em áreas de preservação ecológica ou naquelas onde a poluição impeça condições sanitárias suportáveis, até a sua correção.
 - III. No que se refere ao dimensionamento dos lotes, os mesmos terão área mínima de 125 m² e frente mínima de 5 metros, salvo quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou à edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.
- (A) Somente a I é verdadeira.
 - (B) As assertivas I e III estão corretas.
 - (C) As assertivas II e III estão corretas.
 - (D) Todas estão corretas.

44. Está correto afirmar que o Sistema Nacional de Unidade de Conservação (Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000):

- (A) define Áreas de Proteção Ambiental como Unidades de Conservação de Proteção Integral.
- (B) define Área de Proteção de Mananciais como Unidades de Conservação de Uso Sustentável.
- (C) estabelece como Área de Preservação Permanente uma faixa não edificável nas margens dos rios com objetivo de proteção das matas ciliares.
- (D) não estabelece diferenciação entre Unidades de Conservação localizadas em áreas urbanas ou rurais.

45. A Lei nº 13.089, de 12 de janeiro de 2015, que institui o Estatuto da Metrópole, estabelece diretrizes gerais para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas instituídas pelos Estados, normas gerais sobre o plano de desenvolvimento urbano integrado e critérios para o apoio da União a ações que envolvam governança interfederativa no campo do desenvolvimento urbano. Aponte a alternativa correta.

- (A) A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas respeitará os seguintes princípios: I – prevalência do interesse local sobre o comum; II – compartilhamento de responsabilidades para a promoção do desenvolvimento urbano integrado; III – autonomia dos entes da Federação; IV – observância das peculiaridades locais; V – gestão democrática da cidade; VI – efetividade no uso dos recursos públicos; e VII – busca do desenvolvimento sustentável.
- (B) A governança interfederativa das regiões metropolitanas e das aglomerações urbanas compreenderá em sua estrutura básica: I – instância executiva composta pelos representantes do Poder Executivo estadual; II – instância colegiada deliberativa com representação da sociedade civil; III – organização pública com funções técnico-consultivas; e IV – sistema integrado de alocação de recursos e de prestação de contas.
- (C) Dentre os instrumentos de desenvolvimento urbano integrado presentes no Estatuto da Metrópole merecem ser destacados: I – plano de desenvolvimento urbano integrado; II – planos setoriais interfederativos; III – fundos públicos; IV – operações urbanas consorciadas interfederativas; V – zonas para aplicação compartilhada dos instrumentos urbanísticos previstos na Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001; VI – consórcios públicos; VII – convênios de cooperação; VIII – contratos de gestão; IX – compensação por serviços ambientais ou outros serviços prestados pelo Município à unidade territorial urbana; e X – parcerias público-privadas interfederativas.
- (D) O plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá considerar o conjunto de Municípios que compõem a unidade territorial urbana e abranger estritamente as áreas urbanas. O mesmo deverá contemplar no mínimo: I – as diretrizes para as funções públicas de interesse comum, incluindo projetos estratégicos e ações prioritárias para investimentos; II – o macrozoneamento da unidade territorial urbana; III – as diretrizes quanto à articulação dos Municípios no parcelamento, uso e ocupação no solo urbano; IV – as diretrizes quanto à articulação intersetorial das políticas públicas afetam à unidade territorial urbana; V – a delimitação das áreas com restrições à urbanização, visando à proteção do patrimônio ambiental ou cultural, bem como das áreas sujeitas a controle especial pelo risco de desastres naturais, se existirem; e VI – o sistema de acompanhamento e controle de suas disposições.

46. Assinale a alternativa **INCORRETA** referente aos instrumentos do Estatuto da Cidade que tratam da indução do desenvolvimento urbano.

- (A) Operações urbanas consorciadas constituem um tipo especial de intervenção urbanística voltada para a transformação estrutural de um setor da cidade que seja de propriedade do Estado. As operações envolvem simultaneamente: o redesenho desse setor; a combinação de investimentos privados e públicos para sua execução e a alteração, manejo e transação dos direitos de uso e edificabilidade do solo e obrigações de urbanização.
- (B) O Direito de Preempção diz respeito à preferência, por parte do setor privado, para compra de imóveis de seu interesse, no momento de sua venda. O poder público definirá a área sobre a qual incide esse direito, desde que seja para projetos de regularização fundiária, programas habitacionais de interesse social, reserva fundiária, implantação de equipamentos comunitários, espaços públicos e de lazer ou áreas de preservação ambiental.
- (C) Por meio do instrumento da edificação compulsória, pode-se estabelecer um prazo para o loteamento ou construção das áreas vazias ou subutilizadas. O proprietário que não cumprir esse prazo será penalizado pela aplicação progressiva do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), que deverá ser aplicado por um período de 10 anos. Se, no caso de esgotamento do prazo, a área permanecer incompatível com os usos e densidades previstas, o imóvel poderá ser desapropriado, com pagamentos em títulos da dívida pública.
- (D) Consórcio imobiliário é um instrumento de cooperação entre o poder público e a iniciativa privada para fins de realizar urbanização em áreas que tenham carência de infraestrutura e serviços urbanos e contenham imóveis urbanos subutilizados e não utilizados. Através do consórcio, o Poder Público realiza as obras de urbanização e o proprietário da área recebe uma quantidade de lotes urbanizados, correspondente ao valor total das áreas antes de ter recebido os benefícios. Os demais lotes ficam com o Poder Público, que poderá comercializá-los para atender a população que necessita de habitação.

47. Sobre os instrumentos de proteção ambiental brasileiros, é **INCORRETO** afirmar.

- (A) A partir da década de 80, assistiu-se a um processo de institucionalização da questão ambiental e sua tradução em política pública, com a criação do Sistema Nacional de Meio Ambiente.
- (B) A noção de meio ambiente prevalente em muitos instrumentos recentes de proteção ambiental é muitas vezes associada a uma natureza boa e acolhedora, na qual as coisas se encontram em equilíbrio e, portanto, devendo ser resguardada do processo de urbanização.
- (C) O Capítulo da Constituição de 1988 referente ao Meio Ambiente introduziu uma compreensão utilitarista da natureza.
- (D) A noção de direito ao meio ambiente como um direito social está associada à proteção do interesse difuso, distanciando-se, portanto, da aceção liberal da proteção dos direitos individuais.

48. Considerando o amplo número de assentamentos precários em Fortaleza faz-se necessário a implementação de instrumentos de regularização fundiária como forma de promover o direito à cidade e à moradia digna. Nesse sentido, identifique a alternativa correta.

- (A) De acordo com o Estatuto da Cidade (Lei Federal nº 10.257/2001), em seu Art. 9º o usucapião especial de imóvel urbano será garantido àquele que possuir como sua área ou edificação urbana de até 250 metros quadrados, por dez anos, ininterruptamente e sem oposição, utilizando-a para sua moradia ou de sua família, adquirir-lhe-á o domínio, desde que não seja proprietário de outro imóvel urbano ou rural.
- (B) De acordo com o Art. 46. da Lei nº 11.977 de 2009, a regularização fundiária consiste no conjunto de medidas jurídicas, urbanísticas, ambientais e sociais que visam à regularização de assentamentos irregulares e à titulação de seus ocupantes, de modo a garantir o direito social à moradia, o pleno desenvolvimento das funções sociais da propriedade urbana e o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado.
- (C) Segundo a Lei nº 11.977 de 2009, para efeitos da regularização fundiária de assentamentos urbanos, considera-se a Zona Especial de Interesse Social - ZEIS: parcela de área urbana instituída pelo Plano Diretor ou definida por outra lei municipal, destinada predominantemente à moradia de população de baixa renda e sujeita às regras de parcelamento, uso e ocupação do solo estabelecidas pela Lei Federal nº 6.766 de 1979 que dispõe sobre o parcelamento do solo.
- (D) A Concessão de Direito Real de Uso corresponde a um instrumento de regularização fundiária por tempo determinado destinado especialmente às áreas de propriedade privada, podendo o mesmo ser utilizado tanto segundo demandas individuais como coletivas.

49. Instituída em 2004, a Política Nacional de Habitação resultou de amplo processo participativo. Com vistas à sua implementação, a mesma deverá ser regida segundo um conjunto de princípios. Assinale a alternativa correta.

- (A) Questão habitacional como política realizada mediante parceria entre o Estado e a iniciativa privada uma vez que o poder público é agente indispensável na regulação urbana e do mercado imobiliário, na provisão da moradia e na regularização de assentamentos precários, devendo ser, ainda, uma política pactuada com a sociedade e que extrapole um só governo.
- (B) Função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos urbanísticos que possibilitem melhor ordenamento e maior controle do uso do solo, de forma a combater a ocupação irregular de terras inseridas tanto no perímetro urbano como nas zonas de expansão urbana.
- (C) Gestão democrática sob o comando do poder público municipal e dos representantes dos conselhos populares eleitos, possibilitando controle social e transparência nas decisões e procedimentos.
- (D) Moradia digna como direito e vetor de inclusão social garantindo padrão mínimo de habitabilidade, infraestrutura, saneamento ambiental, mobilidade, transporte coletivo, equipamentos, serviços urbanos e sociais.

50. O Sistema Nacional de Habitação encontra-se subdividido em dois subsistemas: Subsistema de habitação de interesse social e Subsistema de habitação de mercado. Seu desenho institucional foi composto de modo a possibilitar o atendimento aos princípios, o alcance dos objetivos e o seguimento das diretrizes da política nacional de habitação. Nesse sentido, aponte a alternativa correta.

- I. Ao aderirem ao Subsistema de habitação de interesse social, os estados e municípios se comprometeriam a cumprir os requisitos previstos na Lei, dentre os quais, de constituir um Fundo Local de Habitação de Interesse Social e seu Conselho Gestor e elaborar o Plano Local de Habitação de Interesse Social.
- II. No Subsistema de habitação de interesse social, o Ministério das Cidades passou a gerir um panorama de programas habitacionais, com fontes de recursos diferenciadas, não apenas o FGTS, mas também o Orçamento Geral da União (OGU), do Fundo de Arrendamento Residencial (FAR, vinculado ao FGTS) e do Fundo de Desenvolvimento Social (FDS).
- III. A Política Nacional de Habitação previa para o Subsistema de Habitação de Mercado um complexo sistema de captação de recursos, com a intenção de se diversificar e de se otimizar as formas de captação então presentes. A premissa básica era viabilizar a complementaridade entre o Sistema de Financiamento Imobiliário (SFI) e o Sistema Financeiro da Habitação (SFH).
- (A) Apenas a assertiva I está correta.
- (B) As assertivas I e II estão corretas.
- (C) As assertivas II e III estão corretas.
- (D) Todas as três assertivas estão corretas.

51. De acordo com o que estabelece o vigente Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, em seu capítulo VI, "Do Parcelamento do Solo", assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F) para as afirmativas que se seguem.

- () A citada lei, no artigo 176, estabelece um total de 3 (três) parâmetros urbanísticos reguladores do parcelamento do solo, a saber: lote mínimo por zona; testada mínima dos lotes por zona; e profundidade mínima dos lotes por zona.
- () O artigo 177 define "desmembramento" como a subdivisão de gleba em lotes destinados à edificação, com abertura de novas vias de circulação, logradouros públicos ou prolongamento, modificação ou ampliação das vias existentes.
- () De acordo com o artigo 179, não será permitido o parcelamento do solo em terrenos com declividade igual ou superior a 30% (trinta por cento); salvo se atendidas as exigências específicas das autoridades competentes.
- () O artigo 185 estabelece as dimensões de 50 m (cinquenta metros) e 250 m (duzentos e cinquenta metros) como medidas mínima e máxima da quadra, respectivamente, além de estabelecer a sua área máxima (área da quadra) como 12.500 m² (doze mil e quinhentos metros quadrados), salvo para os empreendimentos geradores de impacto indicados nesta Lei.
- Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:
- (A) F, F, F, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) F, F, V, V.
- (D) V, V, F, F.

52. Lançado em 2009 pelo Governo Federal, o Programa Minha Casa, Minha Vida teve como meta inicial a construção de 1 milhão de unidades habitacionais. Posteriormente, em sua segunda fase, outros 2 milhões de unidades foram incluídas no mesmo programa. Assinale a alternativa correta.

- (A) O Programa Minha Casa, Minha Vida - PMCMV tem por finalidade criar mecanismos de incentivo à produção e aquisição de novas unidades habitacionais ou requalificação de imóveis urbanos e produção ou reforma de habitações rurais. Classificado em três faixas de renda, o mesmo compreende os seguintes subprogramas: I - o Programa Nacional de Habitação Urbana - PNHU; e II - o Programa Nacional de Habitação Rural - PNHU.
- (B) Em sua primeira fase, o Programa Minha Casa Minha Vida adotou como critérios para subdividir o total de unidades habitacionais entre as unidades da federação: o percentual de famílias por Estado vivendo em assentamentos urbanos precários; a demanda vinculada às grandes intervenções urbanas previstas como obras do Programa de Aceleração do Crescimento; o percentual de famílias vivendo em moradias rurais feitas em taipa.
- (C) Para a indicação dos beneficiários do PMCMV, deverão ser observados os seguintes requisitos: I - comprovação de que o interessado integra família com renda mensal de até R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais); II - prioridade de atendimento às famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas; III - prioridade de atendimento às famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar; e IV - prioridade de atendimento às famílias de que façam parte pessoas com deficiência.
- (D) Para a implantação de empreendimentos no âmbito do PNHU, deverão ser observados: - localização do terreno na malha urbana ou em área de expansão observado o respectivo plano diretor; - adequação ambiental do projeto; - infraestrutura básica que inclua vias de acesso, iluminação pública e solução que permita ligações domiciliares de abastecimento de água e energia elétrica; e - a existência ou compromisso do poder público local de instalação ou de ampliação dos equipamentos e serviços relacionados à educação, à saúde, ao lazer e ao transporte público, assim como à implantação da rede de saneamento.

53. Aprovado em 2009, o Plano Diretor Participativo de Fortaleza traz em seus conteúdos, além do zoneamento proposto, um conjunto de princípios e objetivos, um quadro de Diretrizes e Ações Estratégicas das Políticas Setoriais. Dentre as diretrizes da política de habitação e regularização fundiária destacam-se:

- I. garantia de alternativas habitacionais para a população removida das áreas de risco ou decorrentes de programas de recuperação e preservação ambiental e intervenções urbanísticas, com a participação das famílias na tomada de decisões e reassentamento prioritário em locais próximos às áreas de origem do assentamento;
- II. inibição de novas ocupações irregulares nas áreas de preservação, recuperação e interesse ambiental mediante a aplicação de normas e de instrumentos urbanísticos e de fiscalização;

- III. reabilitação e repovoamento das áreas centrais degradadas, utilizando-se de instrumentos que estimulem a permanência da população e atraiam novos moradores de baixa renda;
- IV. estímulo à produção, por parte da iniciativa privada, de habitação de interesse social prioritariamente em zonas dotadas de infraestrutura.

Marque a alternativa correta.

- (A) Somente as afirmações I e II estão corretas.
 (B) Somente as afirmações II e III estão corretas.
 (C) Somente as afirmações III e IV estão corretas.
 (D) Somente as afirmações I e IV estão corretas.

54. Sobre a crescente incidência das preocupações com a proteção ambiental no território urbano brasileiro está correto afirmar que:

- (A) representa uma oportunidade para a formação de um sistema de espaços livres na zona urbana em consolidação.
 (B) introduziu um conflito de competências: enquanto as competências sobre o ordenamento territorial são concorrentes, a proteção ambiental é competência do poder público estadual.
 (C) confere ao Plano Diretor Municipal a atribuição de definir o zoneamento urbano, o que inclui a redução das Áreas de Preservação Permanente definidas no Código Florestal.
 (D) influenciou a adaptação do Código Florestal em 2012 para responder às especificidades dos ecossistemas localizados em zonas urbanas.

55. Sobre a Política Federal de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012), é correto afirmar.

- (A) Atribui à União o papel de acompanhar e apoiar os municípios na implementação de um sistema de mobilidade urbana eficiente. Parte desse papel é aprovar a definição do sistema viário básico daqueles municípios de mais de 500 mil habitantes.
 (B) Propõe penalizar o município que descumpra a exigência de elaboração do Plano de Mobilidade Urbana dentro do prazo estabelecido através do bloqueio da transferência de recursos orçamentários federais para obras de mobilidade.
 (C) Não reconhece que a disponibilidade de meios e infraestrutura adequados para os deslocamentos de pessoas e bens numa área da cidade é um importante fator de desenvolvimento dessa região. Diante da ausência desse reconhecimento formal da política federal, diversos municípios continuam concentrando investimentos em mobilidade em uma porção muito pequena da cidade, privilegiando a pequena parte da população que tem acesso a esse território.
 (D) Possui diretrizes coerentes com iniciativas de redução de impostos para a compra de automóveis, de forma a reduzir seu preço e facilitar o deslocamento da população de baixa renda ao serviço de mobilidade.

56. A respeito de portas instaladas em locais de prática de esportes, por recomendação da NBR 9050/2015, estas devem ter vão livre de:

- (A) 0,80 m.
 (B) 0,90 m.
 (C) 1,00 m.
 (D) 1,10 m.

57. Lei da Política Federal de Mobilidade Urbana (Lei nº 12.587, de 3 de janeiro de 2012) considera obrigatório:

- (A) O subsídio tarifário dos serviços de transporte público.
- (B) O monitoramento e controle da emissão de gases poluentes.
- (C) A identificação dos meios financeiros e institucionais que assegurem a implantação e execução do Sistema de Mobilidade Urbana.
- (D) O estabelecimento da política de estacionamentos de uso público e privado.

58. A partir do Decreto nº 5.296/04 os projetos arquitetônicos e urbanísticos estão avançando no sentido de adotar critérios espaciais para acesso de pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. A NBR 9050/2015 define as medidas para a manobra de cadeira de rodas sem deslocamento. Assinale a alternativa correta para rotação de 90°, 180° e 360° respectivamente.

- (A) 1,10 m X 1,10 m; 1,20 m X 1,20 m; círculo de 1,50 m de diâmetro.
- (B) 1,20 m X 1,20 m; 1,50 m X 1,20 m; círculo de 1,50 m de diâmetro.
- (C) 1,00 m X 1,00 m; 1,20 m X 1,20 m; círculo de 1,40 m de diâmetro.
- (D) 0,90 m X 0,90 m; 1,40 m X 1,20 m; círculo de 1,40 m de diâmetro.

59. A faixa livre ou passeio da calçada destina-se exclusivamente à circulação de pedestres. De acordo com a NBR 9050/2015, a respeito da faixa de passeio, assinale a alternativa correta.

- (A) A faixa livre deve ser livre de barreiras, ter inclinação transversal até 2%, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20m de largura e 2,00 m de altura livre.
- (B) O passeio ou faixa livre deve ser livre de qualquer obstáculo, ter inclinação transversal até 3%, ser contínua entre lotes e ter no mínimo 1,20 m de largura e 2,10 m de altura livre.
- (C) A faixa de passeio deve ser livre de barreiras, ter inclinação transversal até 4%, ser contínua entre quadras e ter no mínimo 1,30 m de largura e 2,00 m de altura livre.
- (D) A faixa livre de passeio deve ser livre de obstáculos, ter inclinação transversal até 5%, ser contínua entre quadras e ter no mínimo 1,50 m de largura e 2,10 m de altura livre.

60. Para Ruschel e Andrade (2009), a modelagem paramétrica e a interoperabilidade permitem que sejam gerenciadas as informações do projeto em todo o seu ciclo de vida. Com isso, podem ser realizadas avaliações e análises através de um modelo virtual considerando aspectos plásticos, dimensões físicas, de custo, de desempenho e de tempo. Assim, no contexto da modelagem da informação seria correto afirmar sobre o modelo paramétrico.

- (A) O modelo paramétrico é uma representação computacional de um objeto construído por entidades, geralmente, geométricas que têm atributos que são fixos e outros que podem ser variáveis. Os atributos fixos, para alguns autores, são denominados como controlados (constrained) e os atributos podem ser representados por parâmetros e regras.

- (B) A estrutura de um modelo paramétrico é composta por objetos que formam bibliotecas e famílias do sistema. Através dessa estrutura hierárquica dos aplicativos computacionais que empregam o conceito de modelos paramétricos, possibilita-se a identificação e troca de dados e informações entre os sistemas de modelagem.
- (C) Em um modelo paramétrico a variedade de regras que podem estar contidas em certos gráficos paramétricos determina o nível de precisão e escala do modelo. Eastman et al (2008) definem tal propriedade como Escabilidade (scability).
- (D) Modelos paramétricos são definidos por Eastman et al (2008) como objetos compostos por atributos fixos e variáveis representados por regras e parâmetros de modo a permitir que objetos possam ser ajustados de acordo com o controle do usuário e mudança de escala do modelo. Tal propriedade é designada pelos autores como Escabilidade (scability).

61. A interoperabilidade permite aos profissionais das diversas disciplinas envolvidas no projeto trocar ou agregar informações ao modelo de informação. Entende-se a interoperabilidade como a capacidade de identificar os dados necessários para serem passados entre aplicativos (Eastman et al., 2008). No âmbito da arquitetura, com protocolos específicos, selecione, entre as opções abaixo, o formato que vem se estabelecendo como padrão de troca com maior potencial.

- (A) DXF - (Drawing Exchange Format) é o formato consolidado de intercâmbio para modelos 2D e 3D.
- (B) JPG ou JPEG - é o formato, multiplataforma, para imagens geradas pelos aplicativos gráficos utilizados no processo de projeto.
- (C) PDF - (Portable Document Format) é um formato de arquivo de computador usado para representar documentos, sem criação de inconsistências, de maneira independente da aplicação, programas, computadores e sistemas operacionais.
- (D) IFC - (Industry Foundation Classes) é uma especificação neutra e aberta entre os diversos programas e plataformas usados por projetistas.

62. No ano de 2015, na cidade de Recife, ocorreu o VII TIC - Edificações, Infraestrutura e Cidade: do BIM ao CIM. Em algumas sessões temáticas e palestras, apontou-se para a Modelagem da Informação na Cidade. Arivaldo Amorim, em seu artigo Discutindo o CIM (*City Information Modeling*) e conceitos correlatos, se propõe a iniciar a discussão desse novo paradigma. Segundo o autor, é correto afirmar sobre o CIM.

- (A) O CIM surge, em analogia ao BIM, como uma ferramenta de modelagem para grandes projetos de infraestrutura, adequando-se somente ao projeto, necessitando de aplicativos complementares para planejamento e gestão urbana.
- (B) Em acordo com Batty et al. (1998), o autor defende que o CIM poderá estender o uso dos Sistemas de Informações Geográficas no planejamento urbano como ferramenta de apoio à decisão.
- (C) Em um cenário em que haja a implementação plena do CIM, chega-se à SmartCity.
- (D) CIM é módulo de extensão de gerenciamento para os sistemas BIM.

63. Tobin (2008) define os estágios evolutivos da modelagem da informação na construção em três gerações: BIM 1.0, BIM 2.0 e BIM 3.0. Sobre essa etapas, é correto afirmar.

- (A) A geração do BIM 2.0 - segundo o autor, representa o surgimento dos aplicativos baseados em objetos paramétricos. As principais características dessa geração são: capacidade de coordenação de documentos, adição de informações aos objetos e rápida produção de documentos em tempo real.
- (B) A fase BIM 3.0, denominada pelo autor como “Bing Bang do BIM”, é a tecnologia expandida a várias disciplinas, áreas de conhecimento e profissionais. Com isso, a interoperabilidade e a cooperação tornam-se essenciais no processo, de modo a permitir a correta troca de informações entre os agentes da construção - projetistas e construtores.
- (C) O BIM 3.0 representa a geração da prática integrada. O processo de projeto nessa fase caracterizará por trabalhos em equipes multidisciplinares que utilizarão modelos integrados, um modelo único.
- (D) A geração BIM 1.0 representa o início de uma mudança significativa para os processos de projeto de arquitetura. As mudanças ocorrem não apenas no gerenciamento das informações, mas, principalmente, nas atividades do processo de projeto por meio de aplicativos que permitem a revisão, análise e avaliação.

64. Renato Saboya, desde o ano 2000, no texto “Análises Espaciais em Planejamento Urbano”, acusa o crescimento dos Sistemas de Informações Geográficas (SIG), constatando sua crescente popularidade, afirmando que os mesmos vêm despertando o interesse dos mais diversos setores da sociedade. Sobre os Sistemas de Informações Geográficos, é correto afirmar.

- (A) O SIG pode ser definido como um sistema implementado em computador, que tem como função adquirir, armazenar, manipular, analisar e visualizar dados do mundo real de três naturezas: 1. dados geográficos - definidos espacialmente e representados por mapas; 2. atributos - características normalmente compostas por valores alfanuméricos; 3. relações topológicas - relações espaciais entre os elementos.
- (B) Existem duas estruturas de dados espaciais em SIG são elas: 1. Estrutura raster - baseia-se em pares de coordenadas, que se combinam para pôr as três formas de representação em ponto, linha e plano. Assim, um par de coordenadas define um ponto. Uma cadeia de pares de coordenadas define uma linha. E uma cadeia de pares de coordenadas em que o primeiro e o último são coincidentes define um plano; 2. Estrutura vector - é composta por uma matriz de pontos (ou células) com dimensões constantes, cada ponto representando uma porção quadrada de área. Sua localização é determinada pelas coordenadas geográficas do centroide da célula.
- (C) Para Maguire e Dangermond (1991), os procedimentos realizados pelos SIG podem ser classificados em 3 modos: 1. Captura, importação, validação e edição; 2. Armazenamento, estruturação e reestruturação; 3. Generalização, consulta e análise.

- (D) Existem três estruturas de dados espaciais em SIG, são elas: 1. Estrutura raster - é composta por uma matriz de pontos (ou células) com dimensões constantes, cada ponto representando uma porção quadrada de área. Sua localização é determinada pelas coordenadas geográficas do centroide da célula; 2. Estrutura vector - baseia-se em pares de coordenadas, que se combinam para pôr as três formas de representação em ponto, linha e plano. Assim, um par de coordenadas define um ponto. Uma cadeia de pares de coordenadas define uma linha. E uma cadeia de pares de coordenadas em que o primeiro e o último são coincidentes define um plano; 3. Estrutura alfanumérica - é composta por tabelas compostas por Campo e Registro. Campo é a divisão representada pela coluna, enquanto Registro é linha.

65. QGIS, previamente conhecido como Quantum GIS, é um aplicativo multiplataforma, livre e um SIG *desktop* de código aberto. Com sua primeira versão lançada em 2002, atualmente na versão 2.14, lançada em fevereiro de 2016, o QGIS mantém sua estrutura fundamental da interface das versões anteriores. Quanto aos componentes da estrutura da interface do usuário do QGIS é correto afirmar.

- (A) A interface do usuário é composta por seis partes: lista de camadas, barra de ferramentas, tela do mapa, barra de estado, barra de ferramentas lateral e terminal SQL.
- (B) A interface do usuário é composta por cinco partes: lista de camadas, barra de ferramentas, tela do mapa, barra de estado e terminal SQL.
- (C) A interface do usuário é composta por cinco partes: lista de camadas, barra de ferramentas, tela do mapa, barra de estado e barra de ferramentas lateral.
- (D) A interface do usuário é composta por quatro partes: lista de camadas, barra de ferramentas, tela do mapa e terminal SQL.

66. O primeiro Sistema de Informações Geográficas foi o CGIS (*Canada Geographic Information System*), desenvolvido nos anos 60 como uma ferramenta computadorizada de medição de mapas. Nos anos 70, o *US Bureau of the Census* desenvolveu um SIG para conduzir o censo da população norte-americana. A partir de então, os desenvolvedores de SIG reconheceram que a necessidade de relacionar informações estatísticas e medições a espaços geográficos existia em várias áreas, desde a administração de recursos a censos. A explosão do desenvolvimento e uso de SIG se deu a partir dos anos 80, quando o custo de *hardware* começa a reduzir viabilizando o desenvolvimento de *software* por uma quantidade cada vez maior de fabricantes. Atualmente em Fortaleza, podemos listar como aplicativos SIG mais utilizados o *ArcGIS*, *QuantumGIS*, *OpenStreetMap*. Dentre esses, por ser livre, de código aberto e integração com banco de dados relacional, o QuantumGIS (QGIS) tem sido adotado por vários profissionais, universidades e instituições. Considerando uma nova camada *shape* importada a partir do Gerenciador de Banco de Dados do QGIS, desejando-se determinar o centroide dos novos *shapes* através das funções PostGIS disponíveis, pergunta-se qual a função que determina o centroide?

- (A) ST_Centroid.
- (B) CenterShape.
- (C) Form_CT.
- (D) CT_Centroid.

67. Considerando-se o que prescrevem as normas técnicas brasileiras vigentes a respeito da representação de projetos de arquitetura (NBR 6492) e de elaboração de projetos de edificação – arquitetura (NBR 13532), assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F) para as afirmativas abaixo enunciadas.

() As etapas de execução da atividade técnica do projeto de arquitetura, segundo a NBR 13532, são as seguintes: levantamento de dados para arquitetura (LV-ARQ); estudo de viabilidade de arquitetura (EV-ARQ); estudo preliminar de arquitetura (EP-ARQ); anteprojeto de arquitetura (AP-ARQ) ou pré-execução (PR-ARQ); projeto legal de arquitetura (PL-ARQ); projeto básico de arquitetura (PB-ARQ); e projeto para execução de arquitetura (PE-ARQ).

() De todas as etapas de execução da atividade técnica do projeto de arquitetura, de acordo com a NBR 13532, apenas a do “projeto básico de arquitetura (PB-ARQ)” é assinalada como de caráter opcional.

() Segundo a NBR 6492, nas etapas de anteprojeto e projeto executivo, a escala de desenho utilizada para representação da edificação deverá ser igual ou superior a 1/100. Em ambas as etapas, de acordo com o porte do programa, é admitido o uso de escalas menores com ampliações setoriais.

() Dentre as peças gráficas que compõem o projeto de arquitetura, de acordo com a NBR 6492, as “ampliações” e os “detalhes construtivos gerais” estão assinalados nas fases de anteprojeto e projeto executivo.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) F, V, V, F.
- (B) V, F, V, F.
- (C) F, V, F, V.
- (D) V, F, F, V.

68. Assinale a alternativa que cita todos os parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo, estabelecidos pelo Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, no artigo 188.

- (A) Índice de aproveitamento, taxa de ocupação, taxa de ocupação do subsolo, taxa de permeabilidade e fração do lote.
- (B) Índice de aproveitamento, índice de aproveitamento mínimo, índice de aproveitamento máximo, taxa de ocupação, taxa de ocupação do subsolo, taxa de permeabilidade e fração do lote.
- (C) Índice de aproveitamento, altura da edificação, taxa de permeabilidade, recuos e taxa de ocupação.
- (D) Índice de aproveitamento, altura da edificação, taxa de permeabilidade, recuos, taxa de ocupação, taxa de ocupação do subsolo e fração do lote.

69. De acordo com o Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F) para as afirmações acerca dos parâmetros urbanísticos reguladores da ocupação do solo enunciadas a seguir.

() Índice de aproveitamento é aquele que, multiplicado pela área do terreno, resulta na área de construção computável.

() Índice de aproveitamento máximo é aquele que determina a área total de construção permitida em cada zona da cidade, sendo o resultado do somatório entre o índice de aproveitamento mínimo e as áreas de construção acrescidas a partir da transferência do direito de construir e/ou outorga onerosa.

() Taxa de ocupação é a percentagem da área do terreno ocupada pela projeção da edificação no plano horizontal, sendo computados nessa projeção os elementos componentes das fachadas, tais como: brises, jardineiras, marquises, pérgulas e beirais.

() A taxa de permeabilidade é definida como a relação entre a parte do lote ou gleba que permite absorção de água, permanecendo livre de qualquer edificação, e a área total dos mesmos.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) V, V, F, V.
- (B) F, V, F, V.
- (C) V, F, F, V.
- (D) V, F, V, F.

70. De acordo com Plano Diretor Participativo do Município de Fortaleza, o macrozoneamento proposto subdivide o território do Município em duas macrozonas, conhecidas como Macrozona de Ocupação Urbana e Macrozona de Proteção Ambiental. Em relação a estas, assinale Verdadeiro (V) ou Falso (F) para as afirmativas abaixo.

() Dentre todas as zonas que compõem a Macrozona de Ocupação Urbana, a Zona de Ocupação Preferencial 1 (ZOP 1) e a Zona de Ocupação Preferencial 2 (ZOP 2) são as que apresentam os maiores índices de aproveitamento básico.

() Para as Zonas de Ocupação Preferencial 1 e 2 (ZOP 1 e ZOP 2), a altura máxima da edificação prescrita é de 72 metros. Esse valor corresponde à altura máxima de edificação admitida para todo o Município de Fortaleza.

() Em toda a Macrozona de Ocupação Urbana, a taxa de permeabilidade poderá ser reduzida até o mínimo de 20% da área do lote, desde que a área correspondente à diferença entre esse valor e a porcentagem definida nessa tabela seja substituída por área equivalente de absorção, através de drenos horizontais, sob as áreas edificadas ou pavimentadas, e drenos verticais em qualquer ponto do terreno, devendo essa solução ser comprovada através de proposta técnica apresentada quando do processo de aprovação e concessão do alvará de construção.

() Na Macrozona de Proteção Ambiental, não é permitida a edificação do subsolo.

Está correta, de cima para baixo, a seguinte sequência:

- (A) F, V, F, V.
- (B) V, V, V, F.
- (C) V, F, F, V.
- (D) F, V, V, F.